



O PAPEL DAS UNIVERSIDADES DE SANTA CATARINA E SUAS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO NA RIO +20

Rogério Santos da Costa ¹

José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra ²

João Marcelo Pereira Ribeiro ³

RESUMO

O presente estudo discute o papel da universidade na disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável no Estado de Santa Catarina. O objetivo do artigo é analisar as estratégias de atuação de dois centros universitários do Estado de Santa Catarina na difusão dos resultados da Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (RIO+20). A delimitação dos conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade permitiu uma análise global do assunto, bem como a divulgação dos resultados da Rio+20, no Estado catarinense. As IES objeto de estudo foram a Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade do Estado de Santa Catarina, que apoiaram o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20 no levantamento e apresentação das demandas da sociedade catarinense para Rio+20. O estudo buscou delimitar as estratégias destas universidades na promoção do desenvolvimento sustentável pós Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, no ano 2012, compreendendo as ações pertinentes aos projetos de cada universidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório com estudo de caso.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade. Estratégias. Universidades de Santa Catarina. Comitê Facilitador Rio+20.

¹ Doutor em Ciência Política(UFRGS), Mestre em Administração (UFSC). Professor no Programa de Pós Graduação em Administração/Unisul. E – mail: rogerio.costa@unisul.br

² Doutor. PhD. Diretor e Professor da Unisul Business School / Unisul. Coordenador/ UNISUL-JELARE - Joint European-Latin American Universities Renewable Energies Project e REGSA – Promoting Renewable Electricity Generation in South America. E – mail: baltazar.guerra@unisul.br

³ Graduado em Relações Internacionais, pesquisador do GIPART/Unisul. E – mail: joamarceloprkd@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de um conceito ou instrumento que visasse o desenvolvimento social sustentável, equilibrando natureza e as necessidades humanas, culminou no debate que apresentou a problemática quanto à garantia das necessidades das futuras gerações.

De acordo com Albuquerque e Oliveira (2009, p. 63),

A década de 90 foi caracterizada pela mudança de alguns conceitos ambientais, como a globalização desses conceitos e a sistematização das ações. [...] Em 1992, no Rio de Janeiro, a Confederação das Nações Unidas para o Meio Ambiente reuniu várias nações para assinar os tratados globais que traduzem de forma inequívoca a universalização da discussão ambiental.

A Rio+20 é uma tentativa das Nações Unidas de discutir as questões ambientais, proveniente da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Rio-92 ou ECO92, que foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992.

As Reflexões quanto aos meios e formas de produção insustentáveis passaram a fazer parte das agendas dos países. O relatório *Brundtland* (1987), da Comissão Mundial sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), também intitulado de “Nosso Futuro Comum”, trata oficialmente, pela primeira vez, do assunto sustentabilidade.

O documento, um dos mais respeitados quando se fala do tema, gira em torno do desenvolvimento econômico sustentável. Com essa idéia, a CMMAD (1987, p.46) define que o “desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.”

A questão econômica ainda é um entrave para as diretrizes de um desenvolvimento sustentável e isso ficou evidente, não apenas na Rio+20, mas também na ECO 92 (LOWE, 2011, p.616). Enquanto os Estados evitam a adoção de medidas ambientais que impactem sobre suas economias e seu Produto Interno Bruto (PIB), o setor acadêmico e parte do setor privado, buscam propor medidas

sócioambientais com a finalidade de chegar a um consenso em relação ao problema.

Os processos de discussão de proteção ao meio-ambiente, seus conceitos e idéias, passaram a permear não apenas a esfera política e econômica, mas também o cotidiano popular. Nesse sentido a sociedade civil vem firmando-se, tanto no âmbito nacional como internacional, com a premissa de atender os princípios de universalização dos serviços, cujos objetivos finais apresentam uma finalidade social (ALVES, 2000), salvaguardando os interesses da sociedade.

Segundo Francisco de Assis Alvez (2000, p.274):

Poderão ser qualificados como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, as entidades privadas sem fins lucrativos que atendam ao princípio da universalização dos serviços, cujos objetivos sociais apresentem, pelo menos uma das seguintes finalidades: a promoção da assistência social; da cultura; defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promoção gratuita de educação; promoção gratuita da saúde; promoção da segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação e conversação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável [...]

Por meio de parcerias, metodologias e estudo, o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Organizada Catarinense apresentou à sociedade os resultados dos trabalhos obtidos na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, e desenvolveu estratégias de atuação social e institucional, baseando-se nos temas provenientes das conclusões da Rio+20. Estas ações e estratégias são um importante elemento de difusão da participação da sociedade civil e pública organizada para a busca de caminhos possíveis ao desenvolvimento sustentável. O desvendar destas iniciativas é uma das grandes contribuições que pretende-se dar com este artigo.

Tendo este tema e problemática expostos, o objetivo do artigo é analisar as estratégias de atuação de dois centros universitários do Estado de Santa Catarina na difusão dos resultados da Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (RIO+20). Metodologicamente a pesquisa classifica-se como predominantemente qualitativa e exploratória, com estudo de caso, empregando fonte de dados documental e bibliográfica, bem como entrevistas não estruturadas em observação de campo.

2 CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - RIO+20

A Rio+20 - abreviação para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável foi realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em junho de 2012 - é considerada, pela ONU, uma oportunidade histórica para definir os caminhos para um mundo mais seguro, igualitário, limpo, verde e próspero para todos e, pela *The Global Compact* (2012, p.03), como uma oportunidade de promover um forte senso de propósito comum e de responsabilidade coletiva entre todos os atores - governos, empresas, investidores, cidadãos, consumidores, trabalhadores e educadores.

O objetivo da Conferência, que consta no site da Organização das Nações Unidas (2013^B) é:

Assegurar um comprometimento político renovado para o desenvolvimento sustentável, avaliar o progresso feito até o momento e as lacunas que ainda existem na implementação dos resultados dos principais encontros sobre desenvolvimento sustentável, além de abordar os novos desafios emergentes. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012^B).

O ano 2012 poderia ter sido um momento oportuno diante dos acontecimentos globais recentes, tais como a crise econômica Europeia e Norte Americana, pois ascendeu a questão que se deve buscar um modelo novo, que atenda as produções e consumos, “um sistema que garanta a manutenção das riquezas naturais e conseqüentemente a sustentabilidade do planeta. (ROSSIN; REZENDE, 2012, p.2). Entretanto, esses eventos acabaram engessando ainda mais as discussões e soluções que poderiam ter-se apresentando na Rio+20, conforme afirma Fernando Lagares Távora (2012, p. 3):

[...] crise financeira latente em 2012, iniciada em 2008, e incendiada pela crise da taxa prime nos EUA, pela crise dos preços internacionais das commodities agrícolas, por vultosos gastos de guerras por parte de muitos países, revoltas políticas em várias partes do mundo e mesmo desastres naturais levaram a um cenário de maior dificuldade de negociação para transição para um desenvolvimento mais sustentável.

Esse é o pano de fundo em que ocorreu a Rio+20. Esse fato é importante para entendermos a real dimensão do problema que se colocou. Os Países não conseguiram se desligar do contexto de crise em que vivemos atualmente.

O resultado disso foi, por exemplo, a recusa dos países desenvolvidos em aportar recursos financeiros para um fundo internacional de promoção do desenvolvimento sustentável, por mais modesto que fosse. (TOMÉ SILVA, 2012, p.3)

A Rio+20 foi a maior conferência da ONU já feita, com ampla participação de líderes de governo, empresas e sociedade civil, bem como funcionários da ONU, acadêmicos, jornalistas e público em geral. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS^D, p.1). Levando-se em conta os três aspectos do desenvolvimento sustentável, o econômico, social e ambiental, foram renovados, durante a Conferência, os compromissos políticos estatuidos, entre outros, nas Declarações de Estocolmo e do Rio, na Agenda 21, no Plano de Implementação de Johannesburgo, nas Convenções de Mudança Climática, Diversidade Biológica, Combate à Desertificação, e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. (TÁVORA, 2012, p.13)

2.1 COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA RIO+20: HISTÓRICO

Para garantir a representatividade da sociedade civil catarinense na Rio+20, e propiciar a Santa Catarina os resultados da Conferência, o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20 propôs-se a desenvolver meios de divulgação e propagação do ideal sustentável. No contexto ambiental, a Sociedade Civil Catarinense apresenta-se como uma forma estratégica de disseminação das mensagens da Rio+20. Conforme Sousa, Silva, Borges e Gonsalves (2012, p. 7):

Em janeiro de 2012, com o objetivo de trazer as discussões da Rio+20 ao nível local e reafirmar os compromissos para o Desenvolvimento Sustentável iniciados na RIO-92, assumindo um compromisso de gerações, membros do GTHidro convocam as primeiras reuniões abertas para a construção de uma proposta. Neste contexto, surge o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a RIO+20, visando facilitar o envolvimento da sociedade civil catarinense no processo transitório para o Desenvolvimento Sustentável posto em pauta nas inúmeras conferências que constituíram a Rio+20.

Foi do GTHidro (Grupo Transdisciplinar de Governança da Água e do Território, do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade

Federal de Santa Catarina (UFSC)), a idéia de formar um grupo que buscasse uma representatividade para o Estado de Santa Catarina na Rio+20.

O Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a RIO+20 foi criado no ano de 2012 para articular medidas de posicionamento da sociedade Catarinense frente à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Este Comitê foi criado “Visando facilitar o envolvimento da sociedade civil catarinense no processo transitório para o desenvolvimento sustentável posto em pauta nas inúmeras conferências que construíram a Rio+20”. (SOUZA; SILVA; BORGES; GONSALVES, 2012, p.7)

A promoção dos debates permitiu que fosse criado, por meio de uma metodologia construtivistaⁱ e participativaⁱⁱ de governança local, o empoderamento da sociedade civil, para que a mesma pudesse contribuir de forma qualificada acerca dos seis temas trabalhados: Água e Saneamento, Planejamento Territorial, Educação e Cultura, Agricultura, Economia Verde e Governança, apresentado na Conferência Mundial para Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^B, p.7)

As ações do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20 foram pontuadas em etapas: compreender o levantamento das demandas do Estado de Santa Catarina junto aos interessados; apresentar tais discussões na Rio+20; apresentar as conclusões em torno das discussões a sociedade civil catarinense; e propor diretrizes estratégicas para o Estado de Santa Catarina atingir o desenvolvimento sustentável

¹ Segundo Siqueira e Erdmann (2007, p.291): a metodologia construtivista entende que existe uma estreita inter-relação entre todos os elementos que compõe o mundo, do qual cada pessoa participa, através de sua interação com o ambiente, na contínua construção/(re)construção do conhecimento,

¹ Segundo Melo Neto (2013, p.2) metodologia participativa seria o estabelecimento de uma cultura democrática, fomentadora da autonomia da pessoa, para a compreensão e o exercício do poder de forma a atender a todos os movimentos sociais.

2.2 SÍNTESE DAS DEMANDAS CIVILIZATÓRIAS DO COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20

O documento “Demandas Civilizatórias do Processo de Facilitação da Sociedade Civil Catarinense para Rio+20” reúne os desafios e soluções acerca de cada um dos temas, de onde emergiram elementos, o que é chamado de temas transversais.

Segundo o Ministério da Educação e do Desporto (BRASIL, 1998, p.26) os:

Temas Transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. Sendo debatidos em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e de alternativas, confrontando posicionamentos diversos tanto em relação à intervenção no âmbito social quanto à atuação pessoal.

Baseando-se em diálogos e a partir da transversalidade, para a criação das “Demandas Civilizatórias do Processo de Facilitação da Sociedade Civil Catarinense para Rio+20” foram realizadas reuniões em quatro regiões do estado de Santa Catarina. Esses resultados obtidos a partir desses Diálogos Sociais Temáticos possibilitaram a criação de um documento, cuja síntese foi levado para apresentação na Rio+20.

Para uma organização dos temas pertinentes e de interesse das reuniões, os diálogos realizados para a elaboração do mesmo foi dividido nos seis eixos temáticos apontados acima, realizados pelo Comitê em Florianópolis, Araranguá, Lages e Joinville, além de reuniões em Chapecó, Brusque e Itajaí. Os documentos gerados em cada região foram validados pela sociedade civil catarinense durante a Conferência Preparatória SC+20. Em seguida são apontados os principais resultados por eixo temático.

a) Água e Saneamento

Segundo a Organização das Nações Unidas (2010^A, p.1) 884 milhões de pessoas no mundo não têm acesso à água potável segura, 2,6 mil milhões de

peças não têm acesso a saneamento básico, o que representa 40% da população mundial.

A Agenda 21 Catarinense (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA, 2004, p.102) discute a questão ligada à água, principalmente exigindo uma postura mais sustentável por todos os atores da sociedade, onde o desenvolvimento deve fazer com que os processos produtivos contabilizem nos preços os custos ambientais. Estes são os desafios para a sociedade catarinense, desafios que devem motivar políticas voltadas ao uso e conservação da água, demonstrando o caráter estratégico da questão.

As soluções apresentadas no documento vão da educação ambiental transdisciplinar, envolvendo a escola, a família, sociedade civil, e membros de comitês sociais capacitando-os no entendimento dos instrumentos previstos em lei. “Tornar efetivas as legislações federais que tratam os processos de gestão da água e do saneamento - Política Nacional de Recursos Hídricos 9.433/97, Política Federal de Saneamento 11.445/07 e Política Nacional de Resíduos Sólidos 12.305/10.” (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^A, p. 3)

A estratégia apresentada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina (2004, p.104) na Agenda 21 Catarinense propõe que a sustentabilidade dos recursos hídricos é alcançada por meio da educação populacional, e a conscientização das mesmas, “através de programas e projetos implementados de bacias hidrográficas, a partir da responsabilidade do Estado sobre a qualidade e uso da água”.

No quadro abaixo, disponível no documento “O Direito Humano à Água e Saneamento” (ONU, 2010^A, p.07), vemos as interpretações equivocadas que se tem do direito à água.

Tabela 1 – Erros de Interpretação sobre o Direito à água

Erros de interpretação mais comuns	
Erro de interpretação	Esclarecimento
O direito prevê que as pessoas tenham acesso gratuito à água	Os serviços de água e saneamento têm de ter preços razoáveis para todos. As pessoas deverão contribuir, financeiramente ou de outra forma, na medida das suas possibilidades.
O direito permite o uso ilimitado de água	O direito prevê que todos tenham água suficiente para usos pessoais e domésticos e deve ser concretizado de uma forma sustentável, para as gerações presentes e futuras.
O direito prevê que todos tenham água canalizada em casa	As instalações de água e saneamento deverão estar dentro, ou na proximidade imediata do lar, e podem incluir instalações tais como poços e latrinas de fossa.
O direito à água prevê que se possam utilizar os recursos hídricos de outros países	As pessoas não podem reclamar para si a água de outros países. Contudo, o direito consuetudinário internacional sobre cursos de água transfronteiriços estipula que esses cursos de água deverão ser partilhados de forma equilibrada e razoável, dando-se prioridade às necessidades humanas vitais.
Um país está a violar o direito se nem todos os seus habitantes tiverem acesso a água e saneamento	O direito requer que o Estado tome medidas até ao máximo dos recursos disponíveis para concretizar gradualmente o direito.

Fonte: ONU, In: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2010^A,p.07)

b) Planejamento e Território

A partir da Revolução Industrial o estilo de vida da humanidade passou por drásticas mudanças. Naquela época, o modelo de estilo de vida “associado ao objetivo econômico, ao consumismo, e ao esgotamento dos recursos naturais, trouxe problemas sócioambientais”. (OLIVEIRA; MILIOLI, 2012, p.151)

A qualidade do sistema ambiental está relacionado com à preservação e conservação dos rios, florestas, à presença de efluentes e resíduos. (SOUZA; MILIOLI, 2012, p.189) Entretanto o homem vive um caminho contrário a isso, onde a expansão urbana, grandes aglomerações e densidade humanas, degradação das terras, acúmulo de resíduos, todo tipo de poluição, doenças e medos [...] (OLIVEIRA; MILIOLI, 2012 p.151) acarretam num processo de urbanização desordenada, poluição e doenças, chocando-se diretamente com a qualidade de vida e prestação de serviços.

Segundo a Agenda 21 Catarinense:

Na prática, o problema do inadequado uso e ocupação do solo reflete a ausência de um planejamento continuado e da adoção de um zoneamento econômico-ecológico. As instituições e as políticas públicas têm o desafio

de implementá-los - com seus mecanismos de desenvolvimento sustentável - tanto nos centros urbanos como no meio rural. (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA, 2004, p.96).

A Agenda 21 Catarinense (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, 2004, p.60) apresenta o objetivo de fazer com que as cidades promovam o desenvolvimento descentralizado, de forma homogênea, aproximando o local de moradia das pessoas dos serviços e das oportunidades de trabalho, objetivando superar as diferenças bairro/centro e rural/urbana.

Nesse tema, os participantes consideram a mobilidade como um bem comum, havendo a necessidade de planejamentos coordenados e integrados à longo prazo, integrando campo e cidade. Assim, “os problemas multidimensionais e interdependentes fazem com que o desenvolvimento das cidades seja repensado e que outras formas de planejamento e gestão sejam buscada.” (OLIVEIRA; MILIOLI, 2012 p.153).

A reconstrução dessa relação entre campo-cidade viria com o objetivo de diminuir o raio de dependências das cidades, frente a recursos e serviços diversos vindo de locais muito distantes, fazendo assim com que as cidades sejam autônomas. Desta forma se ofereceria melhores condições de vida, principalmente nos campos educação e saúde de qualidade, promovendo um êxodo urbano ordenado com atrações nas áreas agrícolas.

c) Educação e Cultura

Analisando os múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social. (UNESCO, 1998, p.11). “As gerações mais jovens são os guardiões do futuro, e que é necessário melhorar a qualidade e o acesso a educação para além do nível primário” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS^A, 2012, p.46), “pois a educação está no cerne do processo evolutivo em busca da sustentabilidade” (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^B, p.13).

A Educação é o processo básico das mudanças estruturais para o desenvolvimento sustentável e consciente. Entretanto, os processos de desenvolvimento exigem estudos e mudanças nos paradigmas estruturais que hoje fazem parte da educação como um todo. “A relação entre meio ambiente e educação assume um papel cada vez mais desafiador demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais que se complexificam, e riscos ambientais que se intensificam” (JACOBI; LUZZI, 2013, p.1).

Com crise do atual paradigma educacional, há que se aliar à educação a idéia de construção de uma cultura para a sustentabilidade. A problemática socioeconômica e ambiental e a falta de perspectiva dos jovens em relação à educação e ao futuro são fatores concorrentes para a não solução dos problemas existenciais desta geração, criando um cenário de desesperança, redundante em alienação e violência (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, 2004, p.69).

As soluções apresentadas no documento visam o investimento sistemático do governo, implementando assim a inclusão dos conteúdos e temas da Rio+20 e Cúpula dos Povos no ensino de Santa Catarina. Além disto, deve-se valorizar o planejamento como instrumento de progresso acompanhado da Educação, no qual “o currículo escolar não seria baseado no modelo econômico vigente, mas sim, nas pessoas que fazem parte desse sistema, sendo a educação um meio estratégico para a construção cultural dessa mudança” (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^A, p.10).

Essa cultura de mudanças nos remete a idéias e formas que possibilitem a inserção desses novos conceitos sociais e educacionais no cotidiano das pessoas. Para Moacir Gadotti, na Revista Lusófona de Educação (2005, p.18),

Diante dessas críticas, o sucesso da luta ecológica hoje depende muito da capacidade dos ecologistas convencerem a maioria da população, a população mais pobre, de que se trata, não apenas de limpar os rios, despoluir o ar, reflorestar os campos devastados para vivermos num planeta melhor num futuro distante. Trata-se de dar uma solução, simultaneamente, aos problemas ambientais e aos problemas sociais. Os problemas de que trata a ecologia não afetam apenas o meio ambiente. Afetam o ser mais complexo da natureza que é o ser humano.

d) Agricultura

A maior dificuldade encontrada nos diálogos sociais foi a transição da agricultura convencional, fundamentado na exploração da terra, monocultura e agrotóxico, para um modelo que privilegie a diversidade biológica e cultura. “A agricultura tem forte impacto sobre o meio ambiente, por isso os efeitos da exploração têm sido objeto de grande preocupação e discussão. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento sustentável tem ganhado força.” (SILVA, 2012, p.31). O desafio está em conciliar o bom desempenho global do setor com o aumento da renda do produtor individualizado, reduzindo, principalmente, a falta de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, 2004, p.44).

O bom desempenho econômico da agricultura evidencia seu dinamismo e sua importância no Brasil e no Mundo. Entretanto, é necessária uma análise mais detalhada da situação e dos desafios impostos aos agricultores. A prática da agricultura moderna vem sendo colocada em discussão por alguns cientistas e pela opinião pública, devido ao seu caráter de fragilidade, caracterizado pela utilização, dentre outras coisas, de produtos químicos e agrotóxicos que agredem o meio ambiente (MOREIRA DA SILVA, 2004, p.33).

Atualmente, um grande desafio para o agricultor-produtor de alimentos é entender que não basta produzir. É necessário considerar toda a cadeia que leva o produto ao consumidor e isto exige profissionalização da atividade agrícola. (ASSAD; ALMEIRA, 2004, p.6) Essa profissionalização da atividade agrícola estaria ligada ao investimento por parte do governo, principalmente na conscientização e adequação da agricultura a um modelo sustentável.

A promoção e valorização da agrobiodiversidade na sua importância ecológica, econômica e social, são assinaladas no documento “Demandas Civilizatórias”, pois promovem mudanças na relação de agricultores e empresas, fazendo com que os primeiros não se mantenham dependentes dos segundos. Isto é possível por meio de políticas públicas de prevenção e precaução em relação ao uso de agrotóxicos e alterações genéticas de alimentos, além de propor a utilização de incentivos governamentais para a produção orgânicos e ecológicos (COMITÊ

FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^A, p.11).

O conceito de desenvolvimento sustentável apresentado no Informe *Brundtland* (1987, p.46) foi consenso nas apreciações desta temática: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”.

e) Economia Verde

O termo economia verde vem da necessidade de transição de um processo de degradação ambiental, para um de conscientização e efetivação nas políticas públicas e privadas ligadas as áreas econômicas.

O Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (PNUMA) (2011, p.2) define economia verde como “uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica.” Ou seja, uma economia verde possui baixas emissões de carbono, eficiência no uso de recursos e inclusão social (DINIZ; BERMANN, 2012, p. 324).

Para Helena Boniatti Pavese (2011, p.16) uma economia verde é aquela “apoiada em três estratégias principais: (1) a redução das emissões de carbono, (2) uma maior eficiência energética no uso e recursos, e (3) a prevenção da perda da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.” Essas estratégias se tornarão viáveis por meio de incentivos governamentais que possam catalisar as medidas privadas no curto e longo prazo.

Para o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20 (2012^B, p.13), busca-se uma economia que vise o desenvolvimento sustentável, com desenvolvimentos ecológicos e estudos que objetivem entender o funcionamento da natureza e seus mecanismos de regulação ambiental. Isso possibilitaria uma economia baseada verdadeiramente na natureza, respeitando os ciclos e seus sistemas.

Concluiu-se que a economia verde é o caminho para o desenvolvimento sustentável, e que um redirecionamento dos investimentos públicos e privados é

necessário para desenvolver ou reforçar o capital natural, por exemplo, as florestas, a água, o solo e as reservas pesqueiras, que são particularmente importantes para a população rural mais necessitada (PNUMA, 2011, p.37).

f) Governança

A idéia de governança esteve antes ligada apenas a questões de crescimento econômico. Porém, surgem, como consequências dessa postura, novas tendências e interpretações, como o desenvolvimento sustentável, a descentralização e a ação social, entre outras, que representam fontes ou instrumentos de alternativas e de promoção do desenvolvimento a nível local. (OLIVEIRA; SILVA; EMMENDOERFER; NEVES, 2013, p.05). Assim, governança é um termo chave na implementação de políticas ambientais e de desenvolvimento. Uma boa governança seria capaz de aumentar a eficiência e a legitimidade na elaboração e na operação dessas políticas. (FONSECA; BURSZTYN, 2009, p.18) Essa ideia percorreu um longo processo até reunir os entendimentos que hoje a definem como um conceito plenamente legitimado pela institucionalidade global (BUSSATTO, 2005, p.2).

Há uma demanda atual para que a sociedade esteja mais motivada e mobilizada para assumir um papel mais propositivo, bem como seja capaz de questionar, de forma concreta, a falta de iniciativa do Estado na implementação de políticas ditadas pelo binômio da sustentabilidade e do desenvolvimento num contexto de crescente dificuldade na promoção da inclusão social (JACOBI, 2003, p.192).

Para isso, o desenvolvimento local tem como ponto de partida a necessidade que as pessoas e os grupos, no seu local, têm de sobreviver e, para isso precisam de trabalho e de realização de trocas de bens e serviços, ou seja, “dessa forma, o desenvolvimento sustentável de uma cidade passa pela criação de redes de atores locais com o objetivo de reunir conhecimentos e experiências na concepção de políticas públicas que solucionem problemas locais” (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013, p.14).

Para que essa dinâmica aconteça é necessário que se pense em iniciativas que sejam capazes de viabilizar e tornar concretas alternativas de

desenvolvimento local. Trata-se de promover o crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade de a população participar em um nível mais alto no processo decisório, como uma forma de fortalecer sua corresponsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental (JACOBI, 2003, p.192).

Esse desenvolvimento de articulação local está representado em diferentes instrumentos que possibilitam a participação da sociedade na formulação das políticas públicas e na definição de prioridades dos gastos orçamentários (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013, p.14). São eles:

- Plano Diretor Participativo
- Orçamento Participativo
- Estatuto da Cidade
- Audiências Públicas
- Conselhos Municipais
- Sistema de consulta on-line a dados do governo (governo eletrônico)

Apresentação de Resultados e Estratégias de atuação

Para a exposição dos resultados do Comitê, foi convocada e presidida pela Reitora da UFSC, Prof^ª Roselane Neckel, uma audiência pública aberta a toda sociedade, realizada no dia 15 de setembro de 2012, “onde foram apresentados todos os documentos oficiais da Conferência das Nações Unidas e elaboradas estratégias de continuidade e disseminação dos compromissos no Estado de Santa Catarina” (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^B, p.8).

Esta audiência tinha por objetivo disseminar a mensagem da Rio+20 junto à sociedade catarinense. Visava, igualmente, construir estratégias junto ao Ministério Público Estadual e Federal, organizações educacionais, sociais, públicas, privadas e a mídia impressa e audiovisual na perpetuação e condução da conduta da sociedade catarinense aos “mandatos legais da sustentabilidade” (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^C, p.1).

Estiveram presentes: representantes da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade do Estado de Santa Catarina, Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Fundação Nacional do Índio, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura, Agronomia de Santa Catarina, Federação das Entidades Ecológicas Catarinenses, Associação Brasileira de Recursos Hídricos, Polícia Militar Ambiental, além de outros grupos e entidades (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^B, p.7).

Para os ouvintes, bem como os participantes do evento, foram apresentados por parte do Comitê os efeitos das discussões ocorridas na Rio+20. Para apresentar esses resultados, se trouxe à audiência pública os documentos oficiais frutos da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20 (2012^B, p.12).

Após o fim da Audiência Pública do dia 15 de Setembro constituíram-se dois grupos de cidadãos e a eles foram demandadas sugestões de encaminhamento para a disseminação dos resultados do trabalho do Comitê Catarinense da Rio+20. Participaram desse momento pessoas oriundas de diversas organizações sociais, profissionais, políticas e educativas. Foram consolidadas 17 sugestões em três blocos – Estratégias de disseminação institucional, Estratégia de disseminação Pedagógica, Estratégia de Institucionalização do Comitê - cada um constituindo-se numa estratégia de disseminação com suas respectivas ações (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^B, p.32).

A Estratégia de Disseminação Institucional é caracterizada pela “criação de uma Rede Institucional e Social de facilitação à participação política da sociedade para sua inserção na Cultura da Sustentabilidade” (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^B, p.32).

2. [...] Esta Rede reunirá instituições públicas e organizações sociais com abrangência municipal, metropolitana, regional e estadual e com foco na disseminação de valores culturais, recursos pedagógicos e banco de experiências e de melhores práticas para a sustentabilidade, na perspectiva do empoderamento dos cidadãos para a governança de bens comuns, a exemplo de outras redes já existentes no País e no mundo.

A necessidade de implementação da cultura da sustentabilidade não deve ficar apenas nas mãos das entidades promotoras desses eventos. Mecanismos que visem facilitar a interação dos setores, através do diálogo, do conhecimento ou da informação, são meios que tornarão a passagem da mensagem da Conferência das Nações Unidas Para o Desenvolvimento Sustentável possível.

A Agenda 21 Catarinense, (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA, 2004, p.19) propõe em seus objetivos a realização de diagnóstico socioeconômico e ambiental, visando à proposição de ações dentro de estratégias que envolvam o setor público, o setor privado e o terceiro setor de organização social. A interação entre todos os agentes sociais é preciso para se instaurar a valorização da proteção ambiental, assim como a democracia e a justiça social. Um meio proposto pelo Comitê Facilitador Da Sociedade Civil Catarinense Para A Rio+20^B (2012, p.32) é através da:

3. Construção de um Pacto Cultural, Pedagógico e Político para a Sustentabilidade da Mata Atlântica, com a promoção permanente por todo o Estado de Santa Catarina de concursos musicais, teatrais e exposições artísticas valorizadoras da Mata Atlântica como RESERVA MUNDIAL DA BIOSFERA, com a sensibilização, formação e capacitação de professores, crianças, jovens e adultos, através de oficinas, gincanas cooperativas, trilhas, contato com a natureza com o objetivo de despertar as pessoas para a importância vital do nosso bioma e de sua singularidade planetária e, ainda, buscando o comprometimento das instituições públicas e organizações sociais para a construção de políticas públicas locais que valorizem o respeito, o amor e o cuidado com a Mata Atlântica, com a fiscalização dos órgãos públicos e cidadãos e a criação de Unidades de Conservação através de processos participativos, pedagógicos, valorizadores e mediadores das culturas locais.

A publicidade das demandas frente ao setor público é uma estratégia do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20 (2012^B, p. 33), que propõe a:

5. Apresentação dos resultados da Rio+20, incluindo os do Comitê, a começar com eventos amplos nas regiões dos campi da UFSC, com enfoque nas instituições públicas, tais como Assembléia Legislativa, Câmara de Vereadores, Ministérios Públicos, Escolas, Conselho Estadual e Conselhos municipais de Meio Ambiente; envolvendo organizações chave da sociedade na temática, tais como a ABRH, ABES, FECAM, GTEA, SVB. Os eventos seriam na forma de Reuniões, Ciclos de Capacitação ou de Debate, Seminários e Audiências Públicas.

A educação propicia a ampliação do pensamento cultural. “A educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos.” (JACOBI, 2012, p.1) Para atingir esses objetivos o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20 (2012^B, p.33) propõe a:

8. Disseminação junto às escolas de gincanas com técnicas de solidariedade, jogos cooperativos e de reencantamento da educação através de dinâmicas, inserção dos temas e valores trabalhados na Rio+20, apresentando aos diretores, professores, crianças e jovens o desafio civilizatório e humanizador da escola, com suas potencialidades e dificuldades. Produção de material pedagógico e metodológico, banco de dinâmicas, visitas oficiais da equipe do Comitê às escolas, promoção de eventos paralelos (ex: Dia Mundial da Água, da Árvore, do Ambiente, etc.); trabalhar e promover a cidadania dentro das salas de aula, incluindo as políticas públicas que valorizem os profissionais da educação.

13. Elaborar material pedagógico com objetivo de tornar os Resultados da Rio+20 acessíveis a todos os níveis de ensino, séries iniciais, fundamental, médio e superior.

14. Conceber e propor disciplinas transversais nas universidades e nas escolas para tratar das questões civilizatórias e ambientais da sustentabilidade, incluindo os resultados da Rio+20 e as recomendações do Comitê Catarinense.

Para isso, é necessário formar e capacitar professores, ter escolas em boas condições, criar uma didática de alta qualidade, ter materiais adequados para os alunos, construir uma abordagem contemporânea para a educação na visão de sustentabilidade, ter um currículo conectado aos desafios dos novos tempos, estabelecer uma conexão adequada entre escola e vida e garantir um processo que assegure o acesso das pessoas (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA, 2004, p.69).

Ações integradas para atingir esses objetivos são necessárias. Para esse fim, o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20, pretende se institucionalizar para dar continuidade aos trabalhos, e abarcar novos objetivos. A Estratégia de Institucionalização do Comitê é apresentada em quatro pontos:

15. Institucionalizar o Comitê de forma permanente na UFSC, buscando manter sua atuação e o desenvolvimento das estratégias aqui propostas.

16. Propor e promover linhas de pesquisa e financiamento nas temáticas produzidas pelos Resultados da Rio+20, a começar junto à FAPESC.

17. Agregar parceiros para elaboração de projetos.

18. Formar e facilitar conselhos de proposição de políticas públicas inspiradas nos Resultados da Rio+20. (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^B, p.34)

Para atingir todas essas metas, o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense (2012^B, p.35) propôs à Universidade Federal de Santa Catarina, a criação do **Programa de Educação Continuada para a Sustentabilidade**, observando as características pedagógicas em três eixos:

Características Pedagógicas:

- a) **Sínteses Transdisciplinares:** previamente apresentadas nesse trabalho: Pedagógica, cultural e política;
- b) **Conteúdos Cruciais para a Sustentabilidade:** Apresentados nos documentos finais da Rio+20
- c) **Plataformas Pedagógicas:** físicas e virtuais de experimentação científica e tecnológica, experiências e de melhores práticas para a sustentabilidade, incluindo a formação de comunidades de aprendizagem.

Características Institucionais:

- a) **Estratégia Institucional Cooperativa:** entre a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade do Estado de Santa Catarina e o Ministério Público Federal e Estadual em Santa Catarina, favorecendo a integração de recursos institucionais, materiais e financeiros, bem como de pessoas e experiências, com o foco na formação e capacitação da sociedade para a efetividade das políticas públicas de bens comuns.
- b) **Rede de Instituições Públicas:** rede de instituições públicas (federais, estaduais e municipais) para a sustentabilidade com uma plataforma virtual de informações conteúdos, e utilização dos meios virtuais para a aproximação e participação cidadã acerca dos temas e recomendações da Rio+20.

c) **Banco de Economia de Experiência e Melhores Práticas:** das instituições públicas, das organizações sociais, empresariais e de inovação e dos organismos internacionais com a identificação dos conteúdos cruciais para a sustentabilidade e organização dos cursos de educação continuada.

Características Gerenciais:

a) **Gestão Transdisciplinar dos Projetos:** de modo a garantir a autonomia, e o controle legal do programa e de orçamentos específicos.

b) **Governança e Transparência dos Processos:** de modo a garantir de forma permanente a participação das pessoas, professores, participantes e funcionários nos processos de decisão, acompanhamento e auditoria pública dos resultados.

c) **Conectividade Local, Continental e Planetária de Conteúdos:** valorizando as determinações ecológicas e culturais de povos nativos e multi-étnicos valorizando o diálogo e as culturas humanas do planeta.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conceituação de sociedade civil acompanhou o desenrolar da história política mundial e hoje se apresenta como uma forma de proteção social e um ator político social. Por tais motivos e visto essa necessidade, a sociedade civil passa a assumir responsabilidades e reivindicar direitos e deveres do estado, assim como da sociedade.

Não obstante, ela busca defender os interesses das gerações futuras com a busca do desenvolvimento sustentável, conceito que vem sendo testado pelas incursões estatais acerca do tema. O desgaste que as dificuldades políticas podem causar, e o desinteresse por parte dos Estados, fazem com que a sociedade civil busque meios a firmar as aspirações da população civil em se desenvolver de forma sustentável.

Para formar voz frente à força estatal, buscou-se durante a Rio+20 meios de fazer com que a opinião civil chegasse aos articuladores das diretrizes para um

novo período de metas e controles para o desenvolvimento sustentável da ONU. O Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira organizou-se com grupos de interesse civil estadual e formou os Comitês Facilitadores da Sociedade Civil nos Estados, e assim juntos, possibilitaram a Cúpula dos Povos.

O Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20 buscou representar os interesses dos civis catarinenses na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, assim como apresentou os resultados, e buscou meios e estratégias para possibilitar ao Estado de Santa Catarina um desenvolvimento sustentável.

Sendo assim, mostra-se indispensável à análise do tema sob a luz das futuras Conferências da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, buscando dessa forma, definir os próximos objetivos do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20, apreendendo o caráter dos desafios para a Sociedade Civil.

THE ROLE OF UNIVERSITIES OF SANTA CATARINA AND ITS ACTION STRATEGIES AT RIO +20

ABSTRACT

This study discusses the role of the university in the dissemination of the concept of sustainable development in the State of Santa Catarina. The aim of the paper is to analyze the strategies of two university centers of the State of Santa Catarina in the dissemination of the results of the World Summit on Sustainable Development (RIO +20). The delimitation of the concepts of sustainable development and allowed a comprehensive analysis of the subject as well as the dissemination of the outcomes of Rio + 20 in the Santa Catarina State. The IES study object was the Federal University of Santa Catarina and the State University of Santa Catarina, which supported the Civil Society Facilitating Committee for the Rio Santa Catarina + 20 in the survey and presentation of the demands of the society of Santa Catarina to Rio +20. The study sought to define the strategies these universities in promoting sustainable development post World Summit for Sustainable Development in the year 2012, comprising relevant to the projects of each university actions. It is a qualitative exploratory research with a case study.

Key words: Sustainable Development. Sustainability. Strategies. Universities of the Santa Catarina. Committee facilitator Rio + 20.

REFERÊNCIAS

ASSAD, Maria Leonor Lopes; ALMEIDA, Jalcione. Agricultura e Sustentabilidade. Contexto, Desafios e Cenários. Revista Ciência & Ambiente, n. 29, 2004. p.15-30. Disponível em < <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/427.pdf> > Acesso em: 09 maio 2013

BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos. 2^a ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BARBOSA, Gisele Silva. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. Revista Visões 4^a Edição, N^o4, Volume 1 - Jan/Jun 2008. Disponível em: < http://www.controversia.com.br/uploaded/pdf/12883_o-desafio-do-desenvolvimento-sustentavel-gisele.pdf > Acesso em: 12 maio 2013

BOBBIO, Noberto. O Conceito de Sociedade Civil – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/Cursos/09.Bobbio,Noberto.O_Conceito_de_Sociedade_Civil.pdf > Acesso em: 20 mar 2013

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. Nossa Comunidade Global: O Relatório da Comissão sobre Governança Global. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20. Demandas Civilizatórias Do Processo De Facilitação Da Sociedade Civil Catarinense À Rio+20. 2012 ^A. Disponível em < <http://riomais20sc.ufsc.br/files/2012/09/DOC-FINAIS-COMIT%C3%8A-CATARINENSE.pdf> > Acesso em 01 fev 2013

COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20. Relatório Da Audiência Pública Apresentação Dos Resultados Do Processo Do Comitê Facilitador Da Sociedade Civil Catarinense Para A Rio+20. 2012 ^B Disponível em < <http://riomais20sc.ufsc.br/files/2012/09/Relat%C3%B3rio-Audi%C3%AAncia-P%C3%BAblica-Comit%C3%AA-SC-15.09.2012.pdf> > Acesso em: 01 fev 2013

COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20^C. Edital de convocação para Audiência Pública. Disponível em < http://riomais20sc.ufsc.br/files/2012/08/EDITAL_CONVOCACAO_AudienciaPublica.pdf > Acesso em: 01 maio 2013

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – CDES. Contribuições Para A Conferência Rio+20 Documento Conjunto “Acordo Para O Desenvolvimento Sustentável”. 2012. Disponível em: < http://fmclimaticas.org.br/sistema/publicacoes/arquivos/Contribui__es%20para%20a%20Rio_20.pdf > Acesso em: 30 abr 2013

CÚPULA DOS POVOS. Documentos Finais Da Cúpula Dos Povos Na Rio + 20 Por Justiça Social E Ambiental. 2012 Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/internacional/consultapos2015/declaracao-cupula> > Acesso em: 20 maio 2013

CÚPULA DOS POVOS. O que é. 2013. Disponível em: <http://cupuladospovos.org.br/o-que-e>

GPEEA. Conferência Intergovernamental Sobre Educação Ambiental. Disponível em < <http://www.ufpa.br/npadc/gpeea/DocsEA/ConfTibilist.pdf> > Acesso em: 05 maio 2013

GOHN, Maria da Glória Gohn. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Saúde e Sociedade v.13, n.2, p.20-31, maio-ago 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03.pdf> > Acesso em: 06 abr 2013

GUIMARÃES, Roberto Pereira; FONTOURA, Yuna Souza dos Reis da. Rio+20 Ou Rio-20? Crônica De Um Fracasso Anunciado. Ambiente & Sociedade . São Paulo v. XV, n. 3 p. 1 9-39 set.-dez. 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v15n3/a03v15n3.pdf> > Acesso em: 08 maio 2013

JACOBI, Pedro. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. 2006, vol.9, n.1, pp. 183-186. ISSN 1809-4422. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1414-753X2006000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt > Acesso em: 29 out 2012

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, n.118, p. 189-205 março/ 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf> > Acesso em: 08 maio 2013

JACOBBI, Pedro; LUZZI, Daniel. Educação e Meio Ambiente – um diálogo em ação Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt22/t2211.pdf> > Acesso em: 06 maio 2013

MENDES, Jefferson Marcel Gross. Dimensões da Sustentabilidade. Revista das Faculdades Santa Cruz, v. 7, n. 2, julho/dezembro 2009. Disponível em: < <http://www.santacruz.br/v4/download/revista-academica/13/cap5.pdf> > Acesso em: 04 maio 2013

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação Escolar e Cultura(s): Construindo Caminhos. Revista Brasileira de Educação. Nº 23 - Maio/Jun/Jul/Ago. 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11.pdf> > Acesso em: 05 maio 2013

MOREIRA DA SILVA, Cristiane. Agricultura Alternativa E Sustentabilidade: O Caso Do Assentamento Novas Vidas Em Ocara, Ceará. UFC-PRODEMA – 2004.

Disponível em < <http://www.prodema.ufc.br/dissertacoes/109.pdf> > Acesso em: 07 maio 2013

OLIVEIRA, Silvio Luiz De. Tratado de Metodologia Científica: Abordagem Qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

OLIVEIRA, Pamela torres de; SILVA Gustavo Melo; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. Exploração inicial do desenvolvimento e da governança local de um mercado municipal de tecelagem tradicional. 2013 – Disponível em: <http://www.emapegs.ufv.br/docs/Artigo69.pdf> > Acesso em: 10 maio 2013

OLIVEIRA, Izes Regina de; MILIOLI, Geraldo. Fomentando a Sustentabilidade do ecossistema Urbano. In LADWIG, Nilzo Ivo; SCHWALM, Hugo. Espaço Urbano Sustentável. – Florianópolis: Insular, 2012. 149-174

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS^A. O Direito Humano à Água e Saneamento. 2010a. Disponível em < http://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_media_brief_por.pdf > Acesso em: 01 maio 2013

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS^A. Guia - O Futuro que Queremos. 2012a. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/03/Rio+20_Futuro_que_queremos_gui.pdf > Acesso em: 05 maio 2013

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS^B. Resolução adotada pela Assembléia Geral [sobre o relatório do Segundo Comitê (A/64/420/Add.1)]. Nações Unidas A/RES/64/236. Março/2010b. Disponível em: < <http://hotsite.mma.gov.br/rio20/wp-content/uploads/Resolu%C3%A7%C3%A3o-64-236-da-Assembl%C3%A9ia-Geral-da-ONU-traduzida.pdf> > Acesso em: 15 maio 2013

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS^B. Além da Rio+20: Avançando rumo a um futuro sustentável. 2012b. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/rio20/alem-da-rio20-avancando-rumo-a-um-futuro-sustentavel/> > Acesso em: 15 maio 2013

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS^C. The Future We Want. 2012. Disponível em: < http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/at_download/the-future-we-want.pdf > Acesso em: 05 maio 2013

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS^D. Rio+20 in Numbers. 2012. Disponível em: < http://www.uncsd2012.org/content/documents/784rio20%20in%20numbers_final2.pdf > Acesso em: 13 maio 2013

PAVESE, Helena Boniatti. Delineamentos de uma econômica verde. 2011. p15-23. IN Política Ambiental / Conservação Internacional. Economia Verde: Desafios e Oportunidades - n. 8, jun. 2011 – Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2011.

Disponível em <
http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/politica_ambiental_08_portugues.pdf
> Acesso em: 05 maio 2013

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O conceito de sociedade civil. PUC-RIO. 2013. Disponível em: <
http://www.lambda.maxwell.ele.puc-rio.br/6617/6617_5.PDF > Acesso em: 30 abr 2013

PNUMA. Rumo a uma Economia Verde. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza. 2011. Disponível em <
http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis_PT_online.pdf > Acesso em: 05 maio 2013

RIBEIRO, Plínio. A Rio+20. Agora é que começa. 2013. Disponível em: <
http://www.imaflorea.org/downloads/biblioteca/textos_Rio+20.pdf > Acesso em: 05 maio 2013

RIO+20. 2012. Disponível em <
http://www.rio20.gov.br/clientes/rio20/rio20/sobre_a_rio_mais_20/o-que-e-cupulados-povos.html > Acesso: 20 maio 2013

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL. Agenda 21 Catarinense, disponível em <
http://www.sds.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=63&Itemid=46&lang= > Acesso em: 02 mar 2013

SOUZA, Gláucia Cardoso de; BÔLLA, Kelly Daiane Savariz. Agricultura Urbana com base na Agroecologia: uma nova estratégia para o desenvolvimento sustentável das cidades. In LADWIG, Nilzo Ivo; SCHWALM, Hugo. Espaço Urbano Sustentável. – Florianópolis: Insular, 2012. 11-38

SILVA, Devanildo Braz da. Sustentabilidade no Agronegócio: Dimensões econômica, social e ambiental. Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS, vol. 01, n. 03, p. 23-34, jul-dez 2012. Disponível em <
<http://www.unigran.br/revistas/mercado/paginas/arquivos/edicoes/3/3.pdf> > Acesso em: 09 maio 2013

SIQUEIRA, Hedi Crecencia Heckler de; ERDMANN, Alacoque Lorenzini. Construtivismo como método de pesquisa: Possibilidade de Geração de Conhecimento. Resista Enferm – UERJ 2007. Abr/Jun; 15(2):291-297. Disponível em: <
<http://www.facenf.uerj.br/v15n2/v15n2a21.pdf>> Acesso em: 25 maio 2013

TOMÉ SILVA, Calos Henrique R.. Rio+20: Avaliação Preliminar De Resultados E Perspectivas Da Conferência Das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável. Núcleo de Estudos e Pesquisa do Senado Federal do Brasil. 2012. Disponível em <
http://www.senado.gov.br/senado/conleg/Temas_e_agendas_para_desenvolvimento_sustentavel/1_Rio20-

Avaliacao_Preliminar_de_resultados_e_perspectivas_da_Conferencia_das_Nacoes_Unidas_sobre_desenvolvimento_sustentavel.pdf > Acesso: 05 maio 2013

UNRIC. Rio+20: O Futuro da terra e da Humanidade Discute-se no Brasil. Boletim do Centro regional de informação das nações unidas para a Europa Ocidental. Bruxelas – Junho/2012, Edição NR.62. Disponível em: < https://www.unric.org/pt/images/boletim/Boletim_Junho_2012.pdf > Acesso em: 12 maio 2013

UNITED NATIONS. About the Rio+20 Conference. 2013. Disponível em: < <http://uncsd2012.org/rio20/about.html> > Acesso em: 20 maio 2013

ⁱ **Segundo Siqueira e Erdmann (2007, p.291): a metodologia construtivista** entende que existe uma estreita inter-relação entre todos os elementos que compõe o mundo, do qual cada pessoa participa, através de sua interação com o ambiente, na contínua construção/(re)construção do conhecimento,

ⁱⁱ **Segundo Melo Neto (2013, p.2) metodologia participativa** seria o estabelecimento de uma cultura democrática, fomentadora da autonomia da pessoa, para a compreensão e o exercício do poder de forma a atender a todos os movimentos sociais.